



Of/Ref: 39.2023

*Pedido de parecer***Pedido de parecer sobre a Petição n.º 54/XII - "Pelo aumento do Acréscimo Regional ao Salário Mínimo Nacional na Região Autónoma dos Açores"**

A CGTP-IN/Açores vem, através deste ofício, emitir o seu parecer sobre a Petição n.º 54/XII - "Pelo aumento do Acréscimo Regional ao Salário Mínimo Nacional na Região Autónoma dos Açores".

Expressamos, desde já, a nossa concordância relativamente à petição em apreço, aliás, há diversos anos que a CGTP-IN/Açores reivindica este aumento, uma vez que o acréscimo de 5% não tem acompanhado a evolução da inflação nos Açores. A proposta já é antiga e já foi apresentada por inúmeras forças políticas, mas, injustamente, até agora, nunca foi aprovada, inviabilizando, assim, alguma melhoria na qualidade de vida dos açorianos. Esta é uma das grandes lutas que a CGTP-IN/Açores tem vindo a travar, por isso, associamo-nos a todas as intenções que queiram este aumento real nos salários dos açorianos abrangidos por este acréscimo.

A CGTP reafirma a importância fundamental do aumento dos salários para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e das suas famílias, para o crescimento económico do País e, em particular, dos Açores. Neste sentido, não podemos ignorar a importância fundamental da valorização do salário mínimo no combate à pobreza, designadamente, a pobreza laboral, pois considera profundamente inaceitável que se empobreça a trabalhar.

O aumento dos salários, em geral, é um investimento que beneficia a economia do País e da Região. A melhoria dos rendimentos dos trabalhadores e das famílias estimula o consumo, o que contribui para o aumento da produção e das vendas das empresas, a criação de mais emprego e o crescimento da economia. Ao mesmo tempo,

este aumento tem também efeitos positivos no crescimento das contribuições para a segurança social, ajudando a melhorar a sustentabilidade financeira do sistema.

Esta proposta visa diminuir o significativo fosso salarial que separa os trabalhadores açorianos dos do Continente. Como temos afirmado, esta é uma medida de elementar justiça para aproximar o nível de vida dos trabalhadores açorianos da média nacional.

Trata-se de um aumento que é urgente e necessário, independentemente do aumento do Salário Mínimo Nacional. Grassa a pobreza entre os trabalhadores açorianos, mesmo entre os que trabalham a tempo inteiro, devido aos salários baixos, que não permitem viver com dignidade. É inadmissível que quem trabalha o dia inteiro, todos os dias, em prol do desenvolvimento e progresso dos Açores, não tenha asseguradas, pelo menos, as suas necessidades básicas de sobrevivência.

Para a CGTP-IN/Açores, a par do aumento dos salários, é fundamental acelerar o debate com vista à implementação de medidas que contribuam para o desbloqueamento da contratação colectiva, nomeadamente na alteração das normas de caducidade e a reposição do princípio do tratamento mais favorável, pelos reflexos que produz nas remunerações, evitando, assim, que os salários situados na parte inferior das tabelas salariais sejam absorvidos pelos aumentos do Salário Mínimo.

Neste sentido, a CGTP-IN/Açores considera que não se pode ignorar a extrema importância do aumento imediato do Acréscimo Regional ao Salário Mínimo Nacional de 5% para 10%, considerando o aumento da inflação e o diferencial do custo de vida entre os Açores e o Continente, a renegociação da percentagem em 2023, considerando que esta percentagem não é actualizada há 23 anos. É urgente, para todos os açorianos, que esta actualização se concretize, pois, as famílias estão a deixar de conseguir fazer face às despesas, que todos os dias aumentam, ao contrário dos seus salários.

Com vista a garantir uma mais justa distribuição da riqueza produzida, relembremos as 10 razões para aumentar o Acréscimo Regional ao Salário Mínimo Nacional e os salários em geral.

## **9 Razões para aumentar o Acréscimo Regional ao Salário Mínimo Nacional**

1. O valor do Acréscimo Regional ao Salário Mínimo Nacional seria hoje muito superior a 5%, considerando a evolução da inflação e da produtividade, desde a sua implementação e compromisso de todos os governos de o rever anualmente.
2. Este acréscimo não é aumentado há 23 anos.
3. É um investimento com retorno. A melhoria dos rendimentos dos trabalhadores e das suas famílias contribui decisivamente para uma mais justa distribuição da riqueza, o aumento da produção, a subida de vendas das empresas, a criação de mais emprego, o crescimento da economia e o desenvolvimento económico e social da Região.
4. É fundamental para combater a pobreza e aumentar os rendimentos das famílias. Recorda-se que, nos Açores, em 2020, registava-se a taxa de risco de pobreza mais elevada, que se situava nos 31,8%, e a taxa de risco de pobreza para os menores de 18 anos e para os adultos em idade activa era de 18,5%.
5. Contrariando as visões catastrofistas relativamente ao aumento do Acréscimo Regional ao Salário Mínimo Nacional, não houve contracção do emprego, nem uma crise financeira regional, ao contrário do que os empresários regionais afirmavam.
7. Entende esta central sindical que melhorar o Salário Mínimo Nacional obrigará ao acerto das remunerações médias, logo, agita a economia e oferece melhores condições de vida a quem produz. A actividade económica açoriana precisa de recuperar, mas esta recuperação não pode depender de factores sazonais, mas de motivos estruturais.
8. O Acréscimo Regional ao Salário Mínimo Nacional não pode continuar a servir de moeda de troca para manter contrapartidas para o patronato, como a redução da taxa

social única ou outras medidas que decorram de receitas fiscais do Estado, oriundas de impostos pagos pelos trabalhadores, reformados e pensionistas. Depois do que se passou nos últimos anos, é altura de acabar com a subsídio-dependência das confederações patronais do Estado e assumir que este tem de estar ao serviço do bem-estar dos trabalhadores, do povo e do País e não subordinado a interesses de grupos económicos e financeiros, sejam eles nacionais ou estrangeiros.

9. O aumento do Acréscimo Regional ao Salário Mínimo Nacional é indissociável da exigência do desbloqueamento e da renovação da contratação colectiva e consequente actualização anual dos salários. O bloqueio imposto pelo patronato à negociação está a originar a absorção das grelhas mais próximas do Salário Mínimo Regional e a aumentar o número de trabalhadores abrangidos pela RMMG. É preciso implementar, de imediato, uma opção política de rendimentos que garanta o aumento geral dos salários, combata as desigualdades salariais nas empresas e nos serviços e inverta a tendência de o SMR se vir a tornar como referência dos salários nos Açores

10. A exigência da revogação da caducidade das convenções colectivas de trabalho, da reintrodução, em toda a sua plenitude, do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador, do aumento geral dos salários, da efectivação do direito de igualdade entre mulheres e homens, da valorização das profissões e das carreiras profissionais, que constituem elementos determinantes para assegurar a mudança de rumo que rompa com o modelo de baixos salários e da crónica precariedade.

Horta, 25 de Junho de 2023

O Coordenador da CGTP-IN/Açores

